



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 205, DE 2025

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Edital de Chamamento Público nº 2, de 19 de março de 2025, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**AUTORIA:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)



## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2025

Susta, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Edital de Chamamento Público nº 2, de 19 de março de 2025, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Fica susgado, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Edital de Chamamento Público nº 2, de 19 de março de 2025, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal (CF), exercer o controle da legalidade *lato sensu* dos atos normativos regulamentares do Poder Executivo, cabendo ao Legislativo sustar as diretivas que exorbitem da legalidade ou dos limites constitucionais do poder regulamentar.

A competência do Congresso Nacional para sustar atos normativos ilegais do Poder Executivo tem sido exercida não apenas em relação aos decretos regulamentares, expressão do poder regulamentar *stricto sensu*, mas também no tocante a outros atos normativos do Poder Executivo que contrariem as normas legais ou constitucionais.

O Edital de Chamamento Público nº 2, de 19 de março de 2025, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos do





Ministério da Justiça e Segurança Pública, trata da convocação de organizações da sociedade civil para participarem de processo público para a eleição das representações que integrarão o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), relativamente ao biênio 2025-2027. Esse Edital, contudo, contém uma série de disposições que exorbitam o poder regulamentar do Poder Executivo, o que caracteriza um claro desvio do exercício de sua competência constitucional.

Seu item 1.5, por exemplo, estabelece, sem qualquer respaldo legal, que cinquenta por cento das representações – no mínimo – deveriam ser compostas por titulares do gênero feminino, da etnia preto ou parda, de indígenas e de quilombolas, nessa ordem de apuração. Apesar de não se negar que deve haver proteção e respeito aos direitos desses grupos, trata-se de exigência não prevista em lei, em evidente afronta ao art. 5º, inciso II, da Constituição Federal, segundo o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

No item 4.9, o edital permitiu a participação de organizações da sociedade civil sem personalidade jurídica, extrapolando o que fixa o Decreto nº 11.480/2023, que estabelece expressamente a representação por “organizações da sociedade civil”, configurando o edital afronta ao art. 2º, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que define como organização da sociedade civil a entidade privada – dotada de personalidade jurídica – sem fins lucrativos, que aplique integralmente seus recursos no objeto social. A previsão viola também o art. 45 do Código Civil, segundo o qual a existência legal da pessoa jurídica depende do registro dos seus atos constitutivos no respectivo cartório. Ao admitir a participação de entes que não existem juridicamente, o edital transgride o princípio da legalidade (art. 5º, II, da CF/88) e compromete a validade de quaisquer atos administrativos praticados com sua participação no processo eleitoral.

No item 3.3, inciso II, o edital prevê que a Comissão Eleitoral poderá “solicitar informações adicionais às organizações da sociedade civil, para o devido cumprimento dos requisitos do Edital de Chamamento Público”. Essa cláusula, redigida de forma ampla e sem critérios objetivos, concede margem excessiva à atuação da Administração, em flagrante violação aos princípios da legalidade e da isonomia. A ausência de parâmetros claros para essa requisição documental pode levar a decisões assimétricas, favorecendo determinadas organizações em detrimento de outras. O edital deve observar





limites normativos e ser orientado por critérios técnicos e objetivos previamente definidos, o que não ocorre no presente edital.

O edital omite qualquer previsão de acesso público aos documentos apresentados pelas entidades habilitadas. Essa lacuna normativa afronta frontalmente o disposto nos artigos 6º e 7º da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que garante o direito de acesso amplo a informações públicas. Além disso, configura grave violação ao princípio da publicidade, consagrado no art. 37, caput, da Constituição Federal, e reiteradamente reconhecido pela jurisprudência dos tribunais superiores como elemento essencial da legalidade e da transparência administrativa. Nem o item 4.9, que trata das inscrições, nem os dispositivos relativos à fase de habilitação e impugnação estabelecem qualquer mecanismo de divulgação da documentação apresentada, o que inviabiliza o controle social, o contraditório e a impugnação fundamentada em tempo hábil, comprometendo a regularidade do certame e a legitimidade dos atos administrativos praticados.

No item 4.10, e no Anexo I, o edital impõe que as organizações com personalidade jurídica apresentem obrigatoriamente: (i) CNPJ; (ii) estatuto registrado em cartório; (iii) ata de eleição da diretoria registrada em cartório; (iv) comprovação de atuação em 4 unidades da federação, situadas em pelo menos 2 regiões distintas. Ocorre que, conforme exigido expressamente no Anexo I, essas comprovações devem ser apresentadas em cada uma das unidades federativas declaradas como área de atuação, o que obriga as entidades a manter documentação formalizada em todos os estados e regiões mencionados. Em contraste, o item 4.11 permite que organizações sem personalidade jurídica, como fóruns, redes e movimentos sociais, participem mediante critérios amplos e subjetivos, como simples relato de atividades e documentos não registrados. Essa assimetria normativa impõe um tratamento discriminatório e desproporcional, em flagrante violação aos princípios constitucionais da isonomia (art. 5º, caput), da equidade (art. 194, parágrafo único, II) e da proporcionalidade (art. 1º, caput, da CF), convertendo-se em barreira seletiva e excludente, comprometendo a equidade e a paridade de condições entre os concorrentes ao processo eleitoral do CONAD.

Por fim, o item 7.7, IV, do Edital, ao prever como critério de desempate a escolha de organizações situadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, introduziu um fator geográfico sem respaldo legal ou regulamentar, estabelecendo vantagem indevida a determinadas localidades em detrimento de outras. Essa medida viola o princípio da isonomia (art. 5º, caput,





da Constituição Federal) e os fundamentos do pacto federativo (arts. 1º e 18), ao criar distinção entre entidades com base em sua localização, sem qualquer justificativa técnica, legal ou constitucional. Em certames nacionais, os critérios devem ser equitativos e não discriminatórios, sob pena de nulidade por quebra da igualdade de tratamento entre participantes.

Por essas razões, é legítimo o uso, pelo Congresso Nacional, da competência que lhe foi conferida pelo art. 49, inciso V, da Carta Política, com o intuito de sustar, na íntegra, o Edital de Chamamento Público nº 2, de 19 de março de 2025.

Com a convicção do acerto da medida proposta, solicitamos o apoio de nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **EDUARDO GIRÃO**



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
  - art5\_cpt\_inc2
  - art49\_cpt\_inc5
  - cpt
- Decreto nº 11.480 de 06/04/2023 - DEC-11480-2023-04-06 - 11480/23  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:2023;11480>
- Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (2011) - 12527/11  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2011;12527>
  - art6
  - art7
- Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - 13019/14  
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2014;13019>